



A IMPORTÂNCIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE CONVIVÊNCIA EM PEQUENAS CIDADES DO INTERIOR

**Luan Ferreira Feitosa¹, Arthur Zanuti Franklin², Izadora Cristina Côrrea Silva³,
Iago Nantes da Cruz Carvalho⁴**

¹Graduando em Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário UniFacig, Manhuaçu-MG,
ferreiralu1207@gmail.com

²Doutorando em Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário UniFacig/UFV, Manhuaçu-MG,
arthur.zanuti@sempre.unifacig.edu.br/arthur.franklin@ufv.br

³Mestre em Engenharia Civil, Centro Universitário UniFacig, Manhuaçu-MG,
izadoracorrea@sempre.unifacig.edu.br

⁴ Graduando em Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário UniFacig, Manhuaçu-MG,
nantesiago@gmail.com

Resumo: Dentro do urbanismo contemporâneo, muito se discute a necessidade de áreas públicas de convivência social dentro das cidades. Essas áreas podem ser utilizadas para diversos fins, mas sua função principal é fornecer qualidade de vida para a população. Porém, nas pequenas cidades do interior, esses espaços são escassos. Logo, o presente trabalho tem como objetivo discutir a importância dos espaços públicos, principalmente praças, em pequenas cidades do interior. Para isso, utilizou-se de método bibliográfico para levantamento dos principais autores sobre o assunto. Percebeu-se que os espaços públicos possuem vital importância para os cidadãos e para as cidades.

Palavras-chave: Arquitetura e Urbanismo; pequenas cidades; espaços públicos

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

THE IMPORTANCE OF PUBLIC PLACES IN SMALL AND INTERIOR CITIES

Abstract: Within contemporary urbanism, the need for public areas for social coexistence within cities is much discussed. These areas can be used for different purposes, but their main function is to provide quality of life for the population. However, in small towns in the interior, these spaces are scarce. Therefore, the present work aims to discuss the importance of public spaces, mainly squares, in small cities in the interior. For this, a bibliographic method was used to survey the main authors on the subject. It was noticed that public spaces are of vital importance for citizens and cities.

Keywords: Architecture and Urbanism; small cities, public places

INTRODUÇÃO

Vê-se que as áreas públicas possuem grande importância para a estrutura física da cidade e para o bem-estar relacionado ao convívio social da população. Essas áreas podem ser encontradas em diversos locais. “Os espaços livres são considerados todas as áreas sem edificação, como as destinadas à circulação, representadas pelas ruas, vielas, avenidas, corredores externos, rotatórias, pátios e quintais, além das áreas utilizadas para recreação, lazer e estar, como as praças e os parques” (SILVA, LOPES E LOPES, 2011). Essas áreas podem ser encontradas também em locais privados de utilidade pública, como shoppings, lojas e outros espaços. Tais locais favorecem na melhoria das condições urbanas, ambiental e sanitárias, além de proporcionar o convívio social e bem-estar da população.

A cidade contemporânea, necessita do contato com as áreas de lazer, haja vista que grande parte das cidades não contém áreas que atendam a demanda da população. E é previsto por lei que haja essas áreas, assim como Silva, Lopes e Lopes (2011) comentam ao declarar que as áreas públicas de lazer possuem uma importância geral no bem-estar da cidade e do espaço construído, ajudando a manter a qualidade ambiental das cidades, sendo consideradas indicador básico para avaliação de qualidade urbana, uma vez que esses itens também são obrigatórios por lei.

Durante a pandemia do Covid-19, nos anos de 2020, 2021 e 2022, o convívio social da população ficou escasso, uma vez que a suspensão de todas as atividades não básicas, fez com que o isolamento total fosse aderido, fazendo com que as pessoas não tivessem contato umas com as outras. Muitas cidades, em pouco tempo, começaram a voltar seu funcionamento, principalmente àquelas que

possuíam áreas abertas de lazer que comportassem ao menos a maior parte de sua população, considerando um espaçamento entre famílias.

Isso demonstra que o convívio social está diretamente ligado a necessidade psicológica humana, portanto a necessidade de se relacionar para a saúde mental é compreendida por meio da evolução humana, que se baseou no diálogo e convivência entre os seres humanos. Por isso se nota a importância de locais que estimulem a convivência entre as pessoas.

Porém, as pequenas cidades, estas majoritariamente localizadas no interior, tiveram mais dificuldade em retomar o convívio social nesses espaços pois é perceptível que, nesses locais, há uma carência de parques, praças e outros espaços, principalmente por conta dos problemas estruturais que acometem essas localidades tais como um planejamento urbano mal realizado, muitas vezes com a ausência de leis como o plano diretor e a falta de recursos, visto que esses locais dependem basicamente do Fundo de Participação de Municípios (ENDLICH, 2006).

Posto isto, este trabalho tem como objetivo discutir a importância dos espaços públicos de convivência, principalmente nas pequenas cidades.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para o desenvolvimento deste trabalho, conta com pesquisas bibliográficas de cunho teórico conceitual, que tem como finalidade o aprofundamento do tema, abordando desde o desenvolvimento das cidades até o momento atual, abrangendo para a área de estudo desse trabalho que são os espaços públicos como local de convívio social em pequenas cidades do interior, buscando mostrar o impacto que esses locais têm nos cidadãos.

Para tal, realizou-se uma revisão bibliográfica utilizando de autores como Gehl (2013); Jacobs (2011) e Endlich (2006), dentre outros autores que ajudem na realização dessa pesquisa.

CIDADE E CONVÍVIO SOCIAL

A cidade é um importante local de convívio social, mas para tal uso, ela deve dispor de ambientes estruturados para que o convívio ocorra de forma gradual e correta. Para isso, “os arquitetos exercem uma importante função: transformar em espaços os desejos e necessidades de seus contratantes ou solicitantes. Historicamente, passaram a fazer o mesmo quanto às ideias sobre espaço e construção das cidades” (BLOCH, 2017). Com isso, a partir de meados do século XIX, o arquiteto tornou-se responsável pela criação do espaço, de forma que a cidade atendesse as demandas da população, organizando o espaço e criando áreas de convivência em ambientes públicos e privados.

Segundo Bloch (2017), a criação de espaços públicos que proporcionem uma convivência social saudável, é complicada devido ao grande número de variáveis negativas que envolvem na criação desses locais, “muitas delas fora de qualquer controle ou previsibilidade, como clima, ruídos, transformações urbanas e outras” (BLOCH. 2017). Ainda segundo o autor (2017), inúmeros artigos de revistas conceituadas trazem locais planejados que deram errado e seus estudos de casos analisando o porquê desses locais acabarem abandonados e sucateados.

David Clark (1991) diz que “Enquanto a Geografia no início do século XX se preocupava com a exploração e descoberta, com relações entre o homem e seu meio ambiente e em definir e descrever regiões, a partir de 1945, a atenção foi dirigida para o modelismo espacial e análise espacial”. Com isso, o foco da geografia se volta para a cidade e o convívio social de seus integrantes, visando a relação entre o homem e o seu local de vivência.

Para a organização do espaço urbano, e o convívio social, essa abrangência do estudo geográfico no que se refere a questão urbana é necessário entender as mudanças na cidade, na cultura e nas pessoas, para compreender o que se necessita criar na cidade para atender a demanda urbana e pessoal.

Para Clark (1991), à medida que as cidades cresceram, o número de suas áreas de lazer, convívio social e ambientes públicos de qualidade foram diminuindo, dando lugares a grandes prédios, onde se observa uma nova estrutura urbana. É papel do arquiteto e urbanista, propor que essa nova estrutura seja revista e analisada de acordo com a necessidade adequando-a ao bem-estar da cidade e da população, como também prevê o Estatuto da Cidade (2001).

A arquitetura e o urbanismo, buscam analisar, projetar e desenvolver espaços voltados para a pessoa humana, onde possam se relacionar, entretanto, há muitas variáveis que torna esse objetivo difícil de ser alcançado. O que ocorre hoje para tentar resolver o problema, são pequenas modificações,

em pequenas áreas da cidade, para gerar uso, movimentação e convívio das pessoas. Para que a cidade se desenvolva bem:

Seus espaços devem ser cada vez mais permeáveis, o desperdício atacado de frente, o uso da condução individual racionalizado, a implantação da cidade policêntrica e tantas outras atitudes “ecológicas”, que tem a cidade como protagonista e onde a responsabilidade tem que ser partilhada por todos e o arquiteto tem grande participação como tradutor dessas atitudes (BLOCH, 2017).

Para o autor, a cidade tem que ser usada, esse é o seu fim. Entretanto, ela deve dispor dos meios para que aconteça o uso de forma espontânea e convidativa. Para isso, como já foi mencionado anteriormente, tem que haver um apoio público ou privado na construção de áreas que intensifiquem o convívio social.

O espaço público é entendido pelas ciências políticas sob uma multiplicidade de significados; tais como: "(a) o que é acessível a qualquer pessoa (eventos ou locais públicos); (b) o que abriga instituições do Estado, mesmo não sendo acessível a qualquer um (prédios públicos); (c) o Estado enquanto cumpridor da tarefa de promover o bem comum a todos os cidadãos; (d) uma força de representação (reconhecimento público); e (e) uma força crítica (opinião pública)" (ALBERNAZ, 2007).

Esses locais públicos, principalmente os que deveriam ser utilizáveis por qualquer pessoa, como: Shoppings, Praças, Teatros, dentre outros, são locais onde deveriam ter mais investimento no convívio social, trazendo a interação entre pessoas e criação de relações e laços socioafetivos, não somente uso individual e rápido.

Para minimizar esse problema, dentre muitos outros, causados pela falta do de espaços de qualidade que promovam o convívio social, é necessário promover espaços que funcionem com o caráter de lugar, criando e reforçando uma interação entre os indivíduos e o ambiente. Essa é uma tarefa que vem sendo desenvolvida desde meados do século XVIII, por arquitetos e urbanistas na tentativa de promover o convívio social como um fator de saúde pública.

Contudo, é difícil encontrar apoio do Governo ou privado, para grandes ideias sustentáveis e que visem o bem-estar da população no lugar do lucro. Segundo Endlich (2006) é necessário se criar um plano estratégico de desenvolvimento, onde seu resultado “não se resume a um programa de governo, mas a um contrato político entre as instituições públicas e a sociedade civil” (BORJA E CASTELLS, 1999).

Muitos autores, como Jane Jacobs (2011), Jan Gehl (2013), dentre outros, vem criticando o modelo de cidade que vem sendo construída desde a revolução industrial, principalmente, em função da falta de funcionalidade voltada ao cidadão. O modelo de cidade atual é totalmente voltado para o lucro excessivo em troca do meio ambiente em que se vive e necessita, principalmente nos grandes centros.

O modelo de cidade funcionalista com o uso máximo de aproveitamento construtivo, impermeabilização dos espaços urbanos, destruição da cobertura vegetal e canalização dos rios e córregos, está cada vez mais vulnerável e menos resiliente, às mudanças climáticas e seus impactos sobre as populações urbanas: intensificação das chuvas e risco de inundações, escorregamentos em áreas de risco pela presença de solos expostos, encostas com riscos de movimentação de massas, ilhas de calor, ventos e ciclones, ressacas em áreas costeiras, entre outros eventos extremos (XIMENES, MAGLIO E FRANCO, 2020).

Parece aos olhos humanos, muitas vezes, que a cidade repleta de prédios, shoppings, casas toda iluminada, seja algo comum e até belo. Entretanto, a falta de áreas de convivência e recreação em locais públicos, influenciam diretamente na forma urbana da cidade.

Olhando os espaços urbanos das cidades brasileiras, vê-se uma precariedade nos espaços, depredação por parte de pessoas que não são punidas, falta de investimento público e falta de planejamento estratégico, para proporcionar áreas de convívio amplas e seguras.

Analizando a partir de Jacobs (2011), em seu livro “Morte e Vida de Grandes Cidades”, já se fazia uma crítica à ideologia do urbanismo moderno, e da forma que o uso do solo era proposto durante o crescimento da cidade, afirmado que a forma como as cidades eram construídas iria fazer com que a cidade se tornasse um local sem vida, insegura e onde as pessoas nunca estavam presentes.

A autora (2011), já estudava a cidade do século XX, que estava a ser construída sobre uma visão individualista, que fez com que a cidade e seu desenvolvimento ocorressem de forma a beneficiar o indivíduo em específico, principalmente nos países subdesenvolvidos, onde os locais de lazer e recriação públicos não recebem a devida infraestrutura e manutenção por parte dos órgãos competentes, nem mesmo tem a capacidade para abrigar a quantidade de pessoas que se tem na cidade.

Em alinhamento ao pensamento de Jacobs (2011), Gehl (2010), em seu livro “Cidade para Pessoas”, ressalta a importância do planejamento urbano para regatar a dimensão humana, fazendo cidade para pessoas, para que a cidade seja um local agradável, sustentável e saudável, a fim de proporcionar o convívio urbano a todos seus habitantes, sem que haja super aglomeração de pessoas nos espaços públicos e comércios.

Ao fazer cidade para pessoas, Gehl (2010), propõe que haja o estudo individual para cada cidade, a fim de que as áreas públicas, comerciais e urbanas, comportem a quantidade de cidadãos que existam nela, da mesma forma que o investimento e dimensão dos parques, comércios, shoppings, sejam pensados a beneficiar a uma grande parte dessa população em massa.

A partir disso, nota-se que a cidade da segunda década do século XXI, é uma cidade sem vida urbana. O que em momentos de crise, pode se tornar um local mais que perigoso, uma cidade morta para o fim que deve exercer, por isso se faz necessário a criação de áreas públicas que suporte a população das cidades, construindo a cidade para as pessoas e trazendo vida aos centros urbanos.

Para Ximenes, Maglio e Franco (2020) “nessa perspectiva, cabe ao modelo de cidade a ser replanejada tirar partido dos ecossistemas remanescentes conservados e presentes na morfologia urbana, e a regeneração vegetal, destacando as áreas verdes e a malha de rios e córregos”. Esse replanejamento, seria capaz de transformar a cidade em uma grande passarela de locais verdes, amplos, arejados, saudáveis e que estimulassem ao uso da população, fazendo com que a cidade voltasse a ser para pessoas e que essas a frequentassem.

“O espaço público molda a imagem da cidade e sua apropriação por parte da população, desde grandes parques urbanos a jardins de bairros, potencializando a necessidade de áreas verdes, e assumindo diferentes formas espaciais incluindo ruas, calçadas, caminhos, parques, becos; uma rede de espaços que fortalece as conexões entre pessoas e cria a vida urbana” (XIMENES *et al.*, 2020).

O espaço público, é muitas vezes confundido com as áreas pertencentes ao governo, entretanto, ele contempla qualquer lugar onde o público em geral possa frequentar, como: shoppings, comércio, supermercados, boates etc. Logo, o espaço público é a imagem da cidade, como visto, é necessário que a população tenha condição de usá-lo, desde uma criança a um idoso, a infraestrutura deve ser adequada a todos. Isso faz parte da acessibilidade e do direito à cidade garantido pelo Estatuto da Cidade (2001). Por isso hoje, se faz necessário a reformulação desses locais, principalmente nas pequenas cidades, onde é mais fácil, de certo modo, de se começar a mudança e trazer os benefícios desses locais a população.

PEQUENAS CIDADES NO CONTEXTO BRASILEIRO

No Brasil, a definição de pequena cidade passa por dados demográficos: qualquer município com até 20 mil habitantes ou inferior é considerado uma pequena cidade. Bernardelli (2004) afirma que as pequenas cidades possuem características próprias de gestão, tais como questionáveis decisões políticas, pautadas em interesses políticos e tributários (e não em critérios técnicos), em que determinados grupos saem beneficiados e uma série de despesas ao erário público, que não levaram, na prática, a um melhor atendimento aos cidadãos em termos de oferta de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos.

Verifica-se que a cidade é construída a partir da produção do espaço pelos agentes sociais concretos que, segundo Moreira Júnior (2014), são pertencentes às esferas privada, pública e à sociedade civil – com práticas, ações e estratégias que, ora se combinam ora são contraditórias.

Entre esses agentes, há subdivisões e novas ações, como por exemplo: no setor privado, há os proprietários fundiários, os incorporadores, os construtores, os corretores imobiliários e os agentes financeiros. Estes agem de forma a vender a terra, construir o imóvel e lançar o imóvel no mercado. A sociedade civil é formada pelos habitantes, trabalhadores e usuários, que adquirem e locam imóveis, apropriam-se do espaço público pelo uso.

O poder público interfere na produção do espaço principalmente na forma de legislação e normatizações vinculadas ao uso e ocupação do uso, além de poder atuar como um agente financeiro ou um proprietário fundiário.

Há a questão do comércio de produtos e serviços, sendo uma gama mais restrita, interferindo no gradiente de consumo e no acesso aos bens mais necessários e imprescindíveis em relação à vida (SPOSITO; SILVA, 2013). No entanto, os mesmos autores reconhecem que com a internet, há uma redução desse fenômeno com as compras *online*.

Nessa perspectiva, a população encontra-se mais dispersa, os meios de comunicação como celular e internet não são de acesso a todos, enquanto que agências bancárias, casas lotéricas e os correios estão presentes nos diferentes espaços (SOUZA; PEREIRA; SILVEIRA, 2011).

Endlich (2006) afirma que nas pequenas cidades, as inovações ocorrem de maneira mais lenta. Não há acompanhamento completo do novo perfil desenhado para o comércio e serviços. Quando se estabelecem novos comércios e serviços, como grandes redes de supermercados, os pequenos produtores e toda uma cadeia produtiva local ficam ameaçados.

Há também problemas relacionados à mobilidade urbana. Para Endlich (2006), com a facilidade da compra de automóveis, hoje se utiliza carros particulares em pequenas cidades para locomoção de pequenas distâncias, que em cidades maiores seriam feitas a pé, devido principalmente à dificuldade de estacionar nas vias públicas ou o alto preço de estacionamentos privados, além da má qualidade dos transportes públicos.

A relação de mão de obra barata pode ser algo que afeta as pequenas cidades, embora haja locais onde têm surgido uma especialização grande da produção capitalista (ENDLICH, 2006).

Também há municípios nos quais grande parte dos empregos é relacionada ao funcionalismo público municipal, sendo que as obras que se destacam são destinadas aos centros de saúde e escolas (ENDLICH, 2006),

Este fenômeno faz com que, como dito anteriormente, a Fundação de Participação dos Municípios (FPM) fique cada vez mais escassa e as verbas destinadas a essas localidades sejam cada vez menores.

Os gestores dessas cidades costumam não mais ser proprietários de terras, mas empresários, professores, contadores ou médicos. Na maioria dos casos, estes são apoiados pelos latifundiários e representantes de tais interesses, mantendo vínculos estreitos com a prática política convencional (ENDLICH, 2006).

Portanto, diante dessas novas configurações e transformações que afetam radicalmente as pequenas cidades brasileiras, e conforme Santos (1979), o fenômeno da pequena cidade acha-se “ligado às transformações do modelo de consumo do mundo, sob o impacto da modernização tecnológica, da mesma forma que as metrópoles são resultados dos novos modelos de produção”.

Todas essas questões características das pequenas cidades acabam afetando a produção de espaços públicos de lazer de convivência.

BENEFÍCIOS DAS ÁREAS DE LAZER NA CIDADE

Para garantir a real mudança no formato de cidade que se tem hoje, é necessária uma mudança, que levará anos, entretanto, ela terá que começar para atingir seu objetivo. A cidade deve ser feita para pessoas, não para carros. O espaço público deve ser para todos e para isso é necessário que haja um bom espaço, boa infraestrutura, sejam locais saudáveis e arejados. Eis a importância de que se tenha na cidade comércios bem estruturados e áreas públicas bem projetadas. A partir disso, se faz uma reflexão dos efeitos positivos desses locais nas áreas urbanas, onde:

Um dos efeitos benéficos mais importantes da vegetação em ambientes [...] diz respeito à satisfação psicológica do ser humano. Caminhar sob árvores, [...] e entre flores, satisfaz o desejo, muitas vezes inconsciente, do contato com o verde, do elo com a natureza. (PEREHOUSKEI, ANGELIS, 2012, p. 107).

Outro aspecto importante das áreas de lazer refere-se aos benefícios proporcionados à melhoria da habitabilidade do ambiente urbano. Enquanto espaços públicos, essas localidades podem se constituir em locais para práticas sociais e culturais, encontros ao ar livre e para manifestações de vida urbana e comunitária, que favorecem o desenvolvimento humano e o relacionamento entre as pessoas (LONDE E MENDES, 2014, p. 270).

Os benefícios físicos e mentais desses locais são de grande valia para a sociedade, “também de modo importante, não só a presença de grandes áreas verdes, mas também a arborização urbana se revelaram fatores consideráveis nos desfechos positivos de saúde” (AMATO-LOURENÇO *et al.*, 2016, 120). É importante deixar claro que é necessário que nesses locais haja infraestrutura de qualidade para que a população possa usufruir desses ambientes com qualidade.

Com isso, nota-se que a infraestrutura das áreas de lazer está diretamente ligadas ao uso das população e dos visitantes. E os benefícios à saúde física e mental são claros, uma vez que o contato com a natureza e com outras pessoas faz com que as pessoas fiquem mais satisfeitas e felizes.

Isso demonstra que há uma necessidade da criação e/ou revitalização dessas áreas, de forma a incentivar o esporte, ao uso, ao passeio e a melhor forma é criar grandes infraestruturas urbanas, a fim de que esses locais estejam presentes no dia a dia da população local.

CONCLUSÃO

Nota-se que desde o surgimento das primeiras cidades, a vida pública e política era de suma importância. As primeiras cidades surgiram em decorrer da sedentarização do homem. Entretanto, com o surgimento dessas cidades, nasce também o convívio social entre seus habitantes, onde em grande parte das primeiras grandes cidades, na Mesopotâmia, Egito, Grécia e no Império Romano, havia locais para o convívio social que suportavam a presença de grande parte da população.

A cidade é o local propício para o convívio social desde que ela tenha infraestrutura adequada para isso, o que não é o caso de grande parte das cidades brasileiras, onde não há grandes investimentos na infraestrutura das áreas públicas.

É comprovado cientificamente a importância das áreas para convívio social e suas melhorias na habitabilidade da cidade, o que faz com que se tenha cada vez mais um olhar minucioso para essas localidades. As áreas públicas urbanas ajudam a melhorar a saúde urbana e psicológica das pessoas, além de fazer com que a cidade fique mais chamativa e interessante ao usuário, promovendo seu uso diário e a movimentação de pessoas nas ruas e nesses locais, a partir de uma boa infraestrutura.

Nas pequenas cidades, estas localizadas no interior dos Estados Federativos, percebe-se que há menos opções para seus habitantes de espaços públicos, normalmente estes compostos por pequenas praças ao invés de opções maiores como parques. Isso faz com que essas cidades que poderiam possuir uma qualidade de vida melhor, possuam, na verdade, problemas socioambientais.

Dadas as características das pequenas cidades, é imprescindível notar que há necessidade de espaços públicos de lazer e convivência nesses locais, já que essas cidades já possuem, como vocação, o convívio entre seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

AMATO-LOURENÇO, Luís Fernando et al. Metrópoles, cobertura vegetal, áreas verdes e saúde. **Estudos avançados**, v. 30, p. 113-130, 2016.

BERNARDELLI, Maria Lúcia Falconi da Hora. **Pequenas cidades na região de Catanduva – SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. 2004. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2004.

BLOCH, Luiz Laurent. A Arquitetura do Lazer: desenhar os espaços para a fruição do tempo e para a convivência social. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 4, n. 1, p. 43-51, 2017.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **Local y global: la gestión de las ciudades en la era de la información**. 4.ed. Madrid: Santillana, 1999.

BRASIL, Lei Federal (2001). **Lei n 10.257 de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 31 maio 2020.

CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1991.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 2006. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2006.

GEHL, Jan. **Cidade para pessoas**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LONDE, Patrícia Ribeiro; MENDES, Paulo Cezar. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. **Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v. 10, n. 18, p. 264, 2014.

MOREIRA JUNIOR, Orlando. **As cidades pequenas na região metropolitana de Campinas – SP: dinâmica demográfica, papéis urbanos e (re)produção do espaço.** 311 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2014.

PEREHOUSKEI, Nestor Alexandre; ANGELIS, Bruno Luiz Domingos De. Áreas Verdes e Saúde: paradigmas e experiências. **Diálogos & Saberes**, Mandaguari, v. 8, n. 1, p. 55-77, 2012.

SILVA, Guilhermina Castro; LOPES, Wilza Gomes Reis; LOPES, João Batista. Evolução, mudanças de uso e apropriação de espaços públicos em áreas centrais urbanas. **Ambiente Construído**, v. 11, p. 197-212, 2011.

SOUZA, Edvânia Gisele; PEREIRA, Anete Marília; SILVEIRA, Gerlaine Soares. Reflexões sobre as características das pequenas cidades do norte de Minas Gerais: considerações sobre ruralidade e urbanidade. In: V FÓRUM DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E GESTÃO, 2011, Montes Claros. **Anais...** Montes Claros, Unimontes, 2011. s/p.

SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando Jurado da. **Cidades pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais.** Jundiaí: Paco Editorial, 2013. 148 p.

XIMENES, D. S. MAGLIO, I. FRANCO, M. de A. R. A infraestrutura verde nos espaços públicos como elemento de resiliência socioambiental pós-pandemia. **Revista Labor E Engenho**. 2020.